



Colégio  
M0001

Sala  
0001

Ordem  
0001

Maior/2026



MINISTÉRIO PÚBLICO DO  
ESTADO DE ALAGOAS

# MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

## Concurso Público para Provimento de Vagas de Técnico do Ministério Público

Nome do Candidato \_\_\_\_\_  
Caderno de Prova '14', Tipo 004

Nº de Inscrição  
MODELO

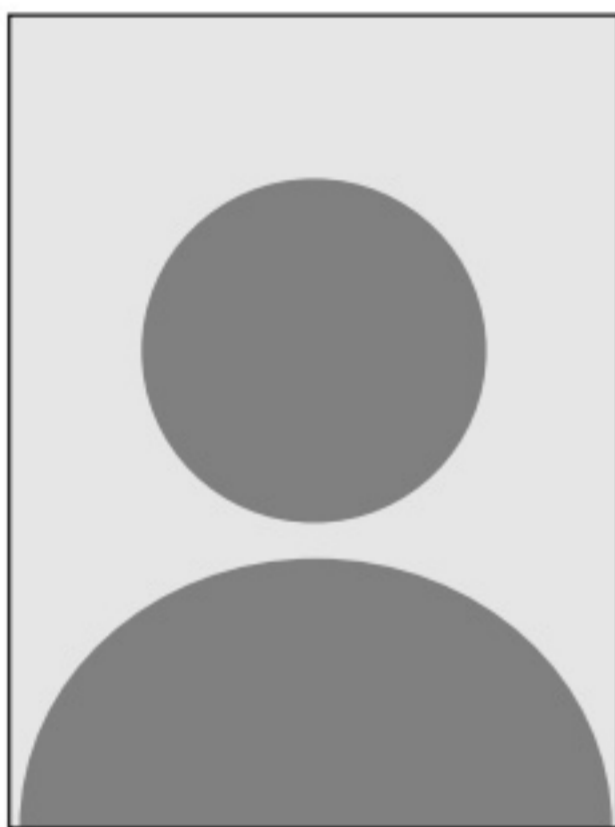
Nº do Caderno  
TIPO-004

Nº do Documento  
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO \_\_\_\_\_

# PROVA

## Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos



### INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase abaixo, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

O manejo sustentável da vegetação pode proteger os recursos hídricos.

- Verifique se este caderno corresponde à sua opção de cargo, se contém 60 questões numeradas de 1 a 60.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-textos, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar, nem qualquer espécie de aparelho eletrônico.
- A duração da prova é de 3 horas, para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Considere o conto “A velha contrabandista”, de Stanislaw Ponte Preta, para responder às questões de números 1 a 10.

*Diz que era uma velhinha que sabia andar de lambreta. Todo dia, imaginem, ela passava na fronteira montada na lambreta, com um bruto saco atrás da lambreta. O pessoal da alfândega – tudo malandro velho – começou a desconfiar da velhinha. Um dia, quando ela vinha na lambreta com o saco atrás, o fiscal da alfândega mandou ela parar. A velhinha parou e então o fiscal perguntou assim pra ela:*

*– Escuta aqui, vovozinha, a senhora passa por aqui todo dia, com esse saco aí atrás. Que diabo a senhora leva nesse saco?*

*A velhinha sorriu com os poucos dentes que lhe restavam e mais os outros, que ela adquirira no odontólogo, e respondeu:*

*– É areia!*

*Aí quem sorriu foi o fiscal. Achou que não era areia nenhuma e mandou a velhinha saltar da lambreta para examinar o saco. A velhinha saltou, o fiscal esvaziou o saco e dentro só tinha areia. Muito encabulado, ordenou à velhinha que fosse em frente. Ela montou na lambreta e foi embora, com o saco de areia atrás. Mas o fiscal ficou desconfiado ainda. Talvez a velhinha passasse um dia com areia e no outro com muamba, dentro daquele maldito saco. No dia seguinte, quando ela passou na lambreta com o saco atrás, o fiscal mandou parar outra vez. Perguntou o que é que ela levava no saco e ela respondeu que era areia, uai! O fiscal examinou e era mesmo. Durante um mês seguido o fiscal interceptou a velhinha e, todas as vezes, o que ela levava no saco era areia.*

*Diz que foi aí que o fiscal se chateou:*

*– Olha, vovozinha, eu sou fiscal de alfândega com quarenta anos de serviço. Manjo essa coisa de contrabando pra burro.*

*Ninguém me tira da cabeça que a senhora é contrabandista.*

*– Mas no saco só tem areia! – insistiu a velhinha. E já ia tocar a lambreta, quando o fiscal propôs:*

*– Eu prometo à senhora que deixo a senhora passar. Não dou parte, não apreendo, não conto nada a ninguém, mas a senhora vai me dizer: qual é o contrabando que a senhora está passando por aqui todos os dias?*

*– O senhor promete que não “espaia”? – quis saber a velhinha.*

*– Juro – respondeu o fiscal.*

*– É lambreta.*

(Adaptado de: RAMOS, Graciliano et al. **Para gostar de ler: contos**, v. 8. São Paulo: Ática, 1985, p. 17-18)

1. No chamado discurso indireto livre, a voz da personagem mescla-se intimamente à voz do narrador, a exemplo do que ocorre em:

- (A) *Muito encabulado, ordenou à velhinha que fosse em frente.*
- (B) *– O senhor promete que não “espaia”? – quis saber a velhinha.*
- (C) *Perguntou o que é que ela levava no saco e ela respondeu que era areia, uai!*
- (D) *Um dia, quando ela vinha na lambreta com o saco atrás, o fiscal da alfândega mandou ela parar.*
- (E) *– Escuta aqui, vovozinha, a senhora passa por aqui todo dia, com esse saco aí atrás.*

2. No conto, o narrador dirige-se explicitamente a seus leitores no seguinte trecho:

- (A) *Achou que não era areia nenhuma e mandou a velhinha saltar da lambreta para examinar o saco.*
- (B) *Durante um mês seguido o fiscal interceptou a velhinha e, todas as vezes, o que ela levava no saco era areia.*
- (C) *Um dia, quando ela vinha na lambreta com o saco atrás, o fiscal da alfândega mandou ela parar.*
- (D) *Todo dia, imaginem, ela passava na fronteira montada na lambreta, com um bruto saco atrás da lambreta.*
- (E) *O pessoal da alfândega – tudo malandro velho – começou a desconfiar da velhinha.*

3. [O fiscal] mandou a velhinha saltar da lambreta para examinar o saco.

No contexto em que se insere, o termo sublinhado acima introduz uma oração que expressa ideia de

- (A) concessão.
- (B) consequência.
- (C) finalidade.
- (D) condição.
- (E) causa.



4. É invariável quanto a gênero e a número a palavra sublinhada no seguinte trecho:
- (A) o fiscal esvaziou o saco e dentro só tinha areia.
  - (B) Muito encabulado, ordenou à velhinha que fosse em frente.
  - (C) ela passava na fronteira montada na lambreta, com um bruto saco atrás da lambreta.
  - (D) Mas o fiscal ficou desconfiado ainda.
  - (E) a senhora passa por aqui todo dia, com esse saco aí atrás.
- 
5. Emprega(m)-se vírgula(s) para isolar um vocativo no seguinte trecho:
- (A) – Olha, vovozinha, eu sou fiscal de alfândega com quarenta anos de serviço.
  - (B) Não dou parte, não apreendo, não conto nada a ninguém, mas a senhora vai me dizer.
  - (C) Durante um mês seguido o fiscal interceptou a velhinha e, todas as vezes, o que ela levava no saco era areia.
  - (D) A velhinha saltou, o fiscal esvaziou o saco e dentro só tinha areia.
  - (E) Muito encabulado, ordenou à velhinha que fosse em frente.
- 
6. A velhinha sorriu com os poucos dentes que lhe restavam e mais os outros, que ela adquirira no odontólogo, e respondeu: – É areia!
- Nesse trecho, o narrador relata alguns fatos ocorridos no passado. Um fato anterior a esse tempo passado está indicado pela seguinte forma verbal:
- (A) respondeu.
  - (B) É.
  - (C) restavam.
  - (D) sorriu.
  - (E) adquirira.
- 
7. Palavra expletiva é aquela que não exerce função sintática, sendo empregada como realce ou ênfase. Constitui uma palavra expletiva aquela sublinhada no seguinte trecho:
- (A) – Mas no saco só tem areia!
  - (B) – Que diabo a senhora leva nesse saco?
  - (C) – O senhor promete que não “espaia”?
  - (D) Aí quem sorriu foi o fiscal.
  - (E) Talvez a velhinha passasse um dia com areia e no outro com muamba.
- 
8. Retoma uma expressão mencionada anteriormente no conto a palavra sublinhada em:
- (A) Ninguém me tira da cabeça que a senhora é contrabandista.
  - (B) A velhinha sorriu com os poucos dentes que lhe restavam.
  - (C) Eu prometo à senhora que deixo a senhora passar.
  - (D) Achou que não era areia nenhuma.
  - (E) Muito encabulado, ordenou à velhinha que fosse em frente.
- 
9. Em *Manjo essa coisa de contrabando pra burro*, a locução sublinhada funciona como um adjunto adverbial e expressa circunstância de
- (A) dúvida.
  - (B) finalidade.
  - (C) negação.
  - (D) intensidade.
  - (E) lugar.
- 
10. *Muito encabulado, ordenou à velhinha que fosse em frente.*
- Transposto para o discurso direto, o trecho acima assume a seguinte redação:
- (A) Muito encabulado, ordenou à velhinha: – Vá em frente.
  - (B) Muito encabulado, ordenou à velhinha: – Irá em frente.
  - (C) Muito encabulado, ordenou à velhinha que vá em frente.
  - (D) Muito encabulado, ordenou à velhinha que iria em frente.
  - (E) Muito encabulado, ordenou à velhinha: – Que fora em frente.



**Atenção:** Considere o texto de Sérgio Rodrigues para responder às questões de números 11 a 20.

Para a maioria dos brasileiros a pronúncia é “récorde”, proparoxítona, e não, como recomendam dez entre dez sábios, “recórde”, paroxítona. Estamos diante de um caso clássico de desobediência civil, em que a língua da vida real vai para um lado e a dos sábios, para o outro.

Recorde, termo adaptado do inglês record, pode ser substantivo – significando a melhor marca esportiva, o desempenho a ser superado – ou adjetivo – com sentido equivalente: “tempo recorde”, “velocidade recorde”. Quanto a isso, estamos todos de acordo. A divergência começa na hora de definir a prosódia da palavra. Em seu Dicionário de palavras & expressões estrangeiras, Luís Augusto Fischer observa com irreverência que há “duas pronúncias: a que os gramáticos preferem, ‘recórde’, ou a do resto da humanidade, ‘récorde’”. É mais ou menos isso. Basta trocar, na frase de Fischer, “o resto da humanidade” por “a maioria dos brasileiros” que ela fica perfeita. Em Portugal, a inclinação por “recórde” parece inquestionável. Aqui, ocorre o inverso.

Sempre pronunciei “récorde”. Puxando pela memória, não consigo pensar em ninguém que não o faça. Se, como em tantos casos, nossos dicionários e gramáticas ainda se aferram de maneira um tanto acrítica à preferência lusitana, isso é um problema deles, que precisa ser – e certamente será – corrigido um dia. O Houaiss foi o primeiro a abrir a porta. Veja a tímida mas significativa nota **que** constava ao pé do verbete recorde na edição de 2001: “Pelo menos no Brasil, ocorre também como palavra proparoxítona: récorde.” Mais tarde, o dicionário suprimiu a nota, mas passou a trazer o verbete récorde como variação de recorde.

Uma explicação provável para o descompasso: os portugueses tendem a manter a pronúncia que record ganhou na França, de onde importaram o anglicismo por tabela, enquanto os falantes brasileiros estabeleceram ligação direta com o idioma de origem, no qual o acento (no caso em que record é substantivo, e não verbo) recai na primeira sílaba. No dia em **que** a língua brasileira dissolver mais este preconceito, é evidente que a grafia será forçada a seguir atrás: escreveremos récorde, com acento. E tudo ficará mais harmônico entre som e traço, como deve ser.

(Adaptado de: RODRIGUES, Sérgio. **Viva a língua brasileira!** São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 73-75)

11. *os portugueses tendem a manter a pronúncia que record ganhou na França, de onde importaram o anglicismo por tabela, enquanto os falantes brasileiros estabeleceram ligação direta com o idioma de origem.* (4º parágrafo)

A conjunção sublinhada acima pode ser substituída, sem prejuízo para o sentido do texto, por:

- (A) de modo que
- (B) uma vez que
- (C) na medida em que
- (D) desde que
- (E) ao passo que

12. *Em seu Dicionário de palavras & expressões estrangeiras, Luís Augusto Fischer observa com irreverência que há “duas pronúncias: a que os gramáticos preferem, ‘recórde’, ou a do resto da humanidade, ‘récorde’”.* (2º parágrafo)

Ao vincular a pronúncia “récorde” ao “resto da humanidade”, Luís Augusto Fischer faz uso da figura de linguagem denominada

- (A) antítese.
- (B) pleonismo.
- (C) personificação.
- (D) eufemismo.
- (E) hipérbole.

13. Os chamados dêiticos são termos linguísticos que se referem à situação em que o enunciado é produzido, ao momento da enunciação e aos atores do discurso. Assim, termos como “ali”, “hoje” ou “amanhã” devem ser interpretados em função de onde e em que momento se encontram os atores do discurso quando dizem “ali”, “hoje” ou “amanhã”.

Verifica-se um dêitico que se refere ao lugar em que o enunciado é produzido (ou seja, ao lugar onde se encontra o autor do texto) no seguinte trecho:

- (A) *Sempre pronunciei “récorde”.*
- (B) *Mais tarde, o dicionário suprimiu a nota.*
- (C) *Aqui, ocorre o inverso.*
- (D) *É mais ou menos isso.*
- (E) *Em Portugal, a inclinação por “recórde” parece inquestionável.*



14. Em *Sempre pronunciei “récorde”*. *Puxando pela memória, não consigo pensar em ninguém que não o faça*. (3º parágrafo), o segmento sublinhado pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido do texto, por:
- (A) pense em alguém
  - (B) pronuncie “récorde”
  - (C) faça nada
  - (D) puxe pela memória
  - (E) consiga pensar
- 
15. Está empregada em sentido figurado a expressão sublinhada no seguinte trecho:
- (A) *Uma explicação provável para o descompasso* (4º parágrafo).
  - (B) *os portugueses tendem a manter a pronúncia* (4º parágrafo).
  - (C) *O Houaiss foi o primeiro a abrir a porta* (3º parágrafo).
  - (D) *Para a maioria dos brasileiros a pronúncia é “récorde”* (1º parágrafo).
  - (E) *A divergência começa na hora de definir a prosódia da palavra* (2º parágrafo).
- 
16. Os termos “que” sublinhados no terceiro e no quarto parágrafos do texto referem-se, respectivamente, a
- (A) “verbete” e “língua”.
  - (B) “nota” e “dia”.
  - (C) “nota” e “preconceito”.
  - (D) “verbete” e “dia”.
  - (E) “nota” e “língua”.
- 
17. *o dicionário suprimiu a nota* (3º parágrafo).  
Ao se transpor a oração acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:
- (A) seria suprimido.
  - (B) fora suprimida.
  - (C) foi suprimido.
  - (D) foi suprimida.
  - (E) seria suprimida.
- 
18. Verifica-se o emprego de vírgula para assinalar a supressão de um verbo no seguinte trecho:
- (A) *Estamos diante de um caso clássico de desobediência civil, em que a língua da vida real vai para um lado e a dos sábios, para o outro.*
  - (B) *No dia em que a língua brasileira dissolver mais este preconceito, é evidente que a grafia será forçada a seguir atrás: escreveremos récorde, com acento.*
  - (C) *Mais tarde, o dicionário suprimiu a nota, mas passou a trazer o verbete récorde como variação de recorde.*
  - (D) *Em Portugal, a inclinação por “recorde” parece inquestionável.*
  - (E) *E tudo ficará mais harmônico entre som e traço, como deve ser.*
- 
19. Sérgio Rodrigues manifesta-se explicitamente em seu texto, valendo-se para tanto de verbo na primeira pessoa do singular, em:
- (A) *a grafia será forçada a seguir atrás: escreveremos récorde, com acento.*
  - (B) *Veja a tímida mas significativa nota que constava ao pé do verbete recorde.*
  - (C) *A divergência começa na hora de definir a prosódia da palavra.*
  - (D) *Estamos diante de um caso clássico de desobediência civil.*
  - (E) *Puxando pela memória, não consigo pensar em ninguém que não o faça.*
- 
20. Observa-se palavra formada com prefixo que exprime ideia de negação no seguinte trecho:
- (A) *não consigo pensar em ninguém que não o faça.*
  - (B) *Mais tarde, o dicionário suprimiu a nota.*
  - (C) *Veja a tímida mas significativa nota que constava ao pé do verbete.*
  - (D) *o acento (no caso em que record é substantivo, e não verbo) recai na primeira sílaba.*
  - (E) *Estamos diante de um caso clássico de desobediência civil.*

**Noções de Legislação**

21. De acordo com a Lei nº 5.247/1991 (Regime Jurídico Único dos Servidores Civis do Estado de Alagoas, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais), a reversão
- (A) far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação e, encontrando-se provido o cargo, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.
  - (B) é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial.
  - (C) é a transposição do servidor estável de um cargo efetivo para outro de igual denominação, pertencente a quadro de pessoal diverso, de órgão ou instituição do mesmo Poder.
  - (D) é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médico-oficial.
  - (E) é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria, não sendo possível a reversão do aposentado que já tiver completado 60 anos de idade.
- 
22. De acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Alagoas (Lei Complementar nº 15/1996), as Promotorias de Justiça integram a estrutura organizacional do Ministério Público como órgãos de
- (A) Execução, somente podendo ser judiciais, especializadas ou gerais, conforme expressa disposição legal.
  - (B) Execução, sendo que suas atribuições serão fixadas mediante propostas do Procurador-Geral de Justiça, aprovadas pelo Conselho Superior do Ministério Público.
  - (C) Administração, podendo ser judiciais ou extrajudiciais, especializadas, gerais ou cumulativas.
  - (D) Administração, sendo que suas atribuições serão fixadas mediante propostas do Colégio de Procuradores de Justiça, aprovadas pelo Procurador-Geral de Justiça.
  - (E) Execução, sendo que deverão ter pelo menos dois cargos de Promotor de Justiça e serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções que lhes forem cometidas por lei.
- 
23. De acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Alagoas (Lei Complementar nº 15/1996), o Corregedor-Geral do Ministério Público é
- (A) escolhido livremente pelo Procurador-Geral de Justiça.
  - (B) eleito pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento Funcional.
  - (C) o Procurador de Justiça mais antigo em atividade, em qualquer hipótese.
  - (D) eleito pelo Conselho Superior do Ministério Público.
  - (E) eleito pelo Colégio de Procuradores de Justiça.
- 
24. De acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Alagoas (Lei Complementar nº 15/1996), com relação às promoções na carreira do Ministério Público,
- (A) a promoção, por antiguidade e merecimento, bem como a convocação independem de prévia manifestação escrita do interessado.
  - (B) a promoção por merecimento pressupõe, sempre: no mínimo, três anos de exercício na respectiva entrância ou categoria; e integrar o Promotor de Justiça a primeira quinta parte da lista de antiguidade.
  - (C) na indicação por antiguidade é expressamente vedada, em qualquer hipótese, a recusa do membro do Ministério Público mais antigo.
  - (D) será obrigatória a promoção do Promotor de Justiça que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento.
  - (E) sempre que verificada a existência de vaga para promoção, o Colégio de Procuradores de Justiça expedirá, no prazo máximo de trinta dias, edital para preenchimento do cargo.
- 
25. De acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Alagoas (Lei Complementar nº 15/1996), uma das garantias asseguradas a todos os membros do Ministério Público é
- (A) ser preso somente por ordem judicial, inclusive no caso de flagrante de crime inafiançável.
  - (B) a inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público.
  - (C) a licença para tratamento de saúde, por até vinte e um dias, desde que haja inspeção por Junta Médica Oficial.
  - (D) a vitaliciedade, somente após três anos de efetivo exercício, não podendo perder o cargo senão por decisão administrativa ou sentença judicial transitada em julgado.
  - (E) o exercício pleno da advocacia.
- 
26. De acordo com a Lei nº 5.247/1991 (Regime Jurídico Único dos Servidores Civis do Estado de Alagoas, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais), para efeitos dessa lei, cargo é
- (A) um centro unitário e invisível de competências criado por lei, com denominação própria e em número certo hierarquicamente localizado na estrutura organizacional do serviço público.
  - (B) a designação de servidor de carreira para exercer função de direção, chefia ou assessoramento.
  - (C) o conjunto de atribuição e responsabilidades concernentes a uma categoria funcional ou individualmente a determinado agente da Administração, exclusivamente em caráter permanente.
  - (D) o conjunto de atribuição e responsabilidades concernentes a uma categoria funcional ou individualmente a determinado agente da Administração, em caráter permanente ou transitório.
  - (E) o conjunto de normas que disciplinam as relações de trabalho dos servidores públicos civis da administração direta, autárquica e fundacional pública, definindo-lhes os direitos, responsabilidades e deveres.



27. De acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Alagoas (Lei Complementar nº 15/1996), o processo administrativo instaurado quando a autoridade competente tiver conhecimento de irregularidade ou falta funcional praticada por membro do Ministério Público compreende a sindicância e o inquérito administrativo, sendo que
- (A) ambos serão instaurados sempre pelo Procurador-Geral de Justiça, por recomendação do Conselho Superior do Ministério Público, vedada a instauração, seja do inquérito ou da sindicância, de ofício.
  - (B) admitir-se-á a revisão do inquérito administrativo apenas quando, após a decisão, aparecerem provas da inocência do interessado.
  - (C) o inquérito será julgado pelo Procurador-Geral de Justiça que, ao proferir a decisão final, poderá aplicar as penas de sua competência, sendo que da aplicação dessas penas não caberá recurso.
  - (D) durante o processo administrativo o indiciado não poderá ser afastado do exercício do cargo.
  - (E) a sindicância é instaurada quando a falta funcional não se revelar evidente, por incerta a sua autoria ou importar aplicação de censura.

28. Com relação às penalidades disciplinares aplicáveis aos servidores públicos civis, considere:

- I. A suspensão será aplicada em caso de reincidência nas faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de 90 dias.
- II. Será punido com suspensão de até 15 dias o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido a inspeção médica pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.
- III. As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 03 e 05 anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

De acordo com a Lei nº 5.247/1991 (Regime Jurídico Único dos Servidores Civis do Estado de Alagoas, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais), está correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e II, apenas.
- (E) III, apenas

29. De acordo com a Lei nº 6.306/2002 (Organização administrativa do Ministério Público do Estado de Alagoas),

- (A) o Centro de Formação e Aperfeiçoamento Funcional é responsável pela realização de cursos de aperfeiçoamento funcional e outras atividades afins, objetivando, exclusivamente, o aprimoramento profissional dos membros do Ministério Público.
- (B) à Comissão de Concurso cumpre a seleção de candidatos ao ingresso na carreira do Ministério Público, sendo escolhida pelo Procurador-Geral de Justiça dentre os Procuradores ou Promotores de Justiça, e presidida pelo Corregedor-Geral do Ministério Público.
- (C) a Assessoria Técnica do Procurador-Geral de Justiça é composta de oito Procuradores de Justiça, designados livremente pelo Chefe da Instituição, para o desempenho de assessoramento administrativo e jurídico superior do Procurador-Geral.
- (D) a Assessoria de Gabinete é unidade de assessoramento imediato do Procurador-Geral de Justiça, relativamente às funções do gabinete deste, e compõe-se de três auxiliares nomeados em comissão.
- (E) a Assessoria Militar, responsável pela segurança da instituição e ligada diretamente ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, é chefiada por Oficial Superior da Ativa, indicado e nomeado pelo Governador do Estado.

30. De acordo com a Lei nº 6.306/2002 (Organização administrativa do Ministério Público do Estado de Alagoas),

- (A) a Chefia de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça é órgão de assessoramento do Procurador-Geral, no tocante à superintendência administrativa que a ele compete, e será dirigida por profissional com formação de nível superior, nomeado em comissão, de livre escolha e designação pelo Governador do Estado.
- (B) as Procuradorias e Promotorias de Justiça constituem unidades administrativas compostas de membros do Ministério Público de instância respectiva e seus funcionários, destinando-se a dar suporte à atividade-fim ministerial.
- (C) na estrutura básica organizacional do Ministério Público, são órgãos auxiliares somente: os Centros de Apoio Operacional, o Centro de Formação e Aperfeiçoamento Funcional, a Comissão de Concurso e a Coordenação de Estágios.
- (D) na estrutura básica organizacional do Ministério Público, são órgãos de administração superior somente: a Procuradoria-Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça e o Conselho Superior do Ministério Público.
- (E) caberá à Coordenação de Estágios organizar, orientar, dirigir e supervisionar os estágios remunerados ofertados pelo Ministério Público a universitários matriculados desde o primeiro até o último ano do Curso de Direito.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

31. Isabela, brasileira nata, 20 anos de idade, analfabeta, confeiteira, pretende se candidatar a Vereadora nas próximas eleições que ocorrerão em 2028. Carlos Eduardo, brasileiro naturalizado, 42 anos, advogado, deseja se candidatar a Presidente da República nas próximas eleições que ocorrerão neste ano de 2026. Considerando apenas as informações fornecidas, nessas situações, em conformidade com a Constituição Federal de 1988, Isabela
- (A) poderá concorrer ao cargo que pretende e, para ela, o alistamento e o voto são obrigatórios; e Carlos Eduardo poderá concorrer ao cargo que deseja e, para ele, o alistamento e o voto são obrigatórios.
  - (B) poderá concorrer ao cargo que pretende e, para ela, o alistamento e o voto são obrigatórios; e Carlos Eduardo não poderá concorrer ao cargo que deseja e, para ele, o alistamento e o voto são facultativos.
  - (C) é inelegível e, para ela, o alistamento e o voto são facultativos; e Carlos Eduardo não poderá concorrer ao cargo que deseja, sendo que, para ele, o alistamento e o voto são facultativos.
  - (D) é inelegível e, para ela, o alistamento e o voto são facultativos; e Carlos Eduardo não poderá concorrer ao cargo que deseja, sendo que, para ele, o alistamento e o voto são obrigatórios.
  - (E) poderá concorrer ao cargo que pretende e, para ela, o alistamento e o voto são facultativos; e Carlos Eduardo poderá concorrer ao cargo que deseja e, para ele, o alistamento e o voto são obrigatórios.
- 
32. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, são equivalentes às emendas constitucionais
- (A) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em único turno, pela maioria absoluta dos respectivos membros.
  - (B) quaisquer tratados e convenções internacionais que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, pela maioria absoluta dos respectivos membros.
  - (C) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
  - (D) quaisquer tratados e convenções internacionais que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
  - (E) quaisquer tratados e convenções internacionais que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em único turno, pela maioria absoluta dos respectivos membros.
- 
33. Com relação aos direitos sociais, em conformidade com a Constituição Federal de 1988,
- (A) é assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.
  - (B) é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, salvo se suplente, até dois anos após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
  - (C) nas empresas de mais de cem empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
  - (D) são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, o seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário ou involuntário, bem como o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no máximo de trinta dias, nos termos da lei.
  - (E) é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- 
34. Erica, brasileira nata, por ter outra nacionalidade originária, fez pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente. Joana, brasileira nata, adquiriu outra nacionalidade por naturalização voluntária e não pretende fazer pedido de perda da nacionalidade brasileira. Considerando apenas as informações fornecidas e em conformidade com a Constituição Federal de 1988,
- (A) será declarada a perda da nacionalidade brasileira de Erica, que não poderá readquiri-la, e Joana não perderá a sua nacionalidade brasileira.
  - (B) será declarada a perda da nacionalidade brasileira de Erica, não ficando ela, entretanto, impedida de readquiri-la, nos termos da lei, e Joana não perderá a sua nacionalidade brasileira.
  - (C) não poderá ser declarada a perda da nacionalidade brasileira de Erica, e Joana perderá a sua nacionalidade brasileira.
  - (D) será declarada a perda da nacionalidade brasileira de Erica e de Joana, estando ambas impedidas de readquiri-la.
  - (E) não será declarada a perda da nacionalidade brasileira de Erica, tampouco de Joana.



35. Com relação à seguridade social, em conformidade com a Constituição Federal de 1988,
- (A) a proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada unicamente pelos órgãos responsáveis pela previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades por eles estabelecidas, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.
  - (B) a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público, mas poderá sempre dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
  - (C) a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes exclusivamente dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
  - (D) nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.
  - (E) as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, integrando, também, o orçamento da União.
- 
36. Suponha-se que venham a ser regularmente criados dois novos partidos políticos: "Para Frente Brasil" e "Agora Brasil" e que o partido político "Para Frente Brasil" obtenha, nas eleições para a Câmara dos Deputados, em 2030, 5% dos votos válidos, distribuídos em um terço das unidades da Federação, com 3% dos votos válidos em cada uma delas e eleja dez Deputados Federais distribuídos em um terço das unidades da Federação. Suponha também que o partido político "Agora Brasil" obtenha, nas eleições para a Câmara dos Deputados, em 2030, 2% dos votos válidos, distribuídos em um terço das unidades da Federação, com 2% dos votos válidos em cada uma delas e eleja quinze Deputados Federais distribuídos em um terço das unidades da Federação. Considerando apenas as informações fornecidas e em conformidade com a Constituição Federal de 1988,
- (A) apenas o partido político "Agora Brasil" terá direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.
  - (B) tanto o partido político "Para Frente Brasil" quanto o partido político "Agora Brasil" terão direito a recursos do fundo partidário, porém apenas o partido político "Para Frente Brasil" terá acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.
  - (C) apenas o partido político "Para Frente Brasil" terá direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.
  - (D) nenhum dos dois partidos políticos terá direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão.
  - (E) tanto o partido político "Para Frente Brasil" quanto o partido político "Agora Brasil" terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.
- 
37. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, o Brasil rege-se nas suas relações internacionais, dentre outros, pelos seguintes princípios:
- (A) Independência nacional e intervenção, buscando a integração exclusivamente social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
  - (B) Repúdio ao terrorismo e não concessão de asilo político, buscando a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
  - (C) Prevalência dos direitos humanos e autodeterminação dos povos, buscando a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
  - (D) Construção de uma sociedade livre, justa e solidária e independência nacional, buscando a integração exclusivamente econômica e política dos povos da América Latina e da América Anglo-Saxônica, visando à formação de uma comunidade americana de nações.
  - (E) A dignidade da pessoa humana e a igualdade entre os Estados, buscando a integração exclusivamente econômica e política dos povos da América Latina e da América Anglo-Saxônica, visando à formação de uma comunidade americana de nações.
- 
38. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, o Ministério Público da União tem por chefe o
- (A) Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução, sendo que a sua destituição, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
  - (B) Advogado-Geral da União, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de quatro anos, vedada a recondução, sendo que a sua destituição, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
  - (C) Advogado-Geral da União, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, para mandato de quatro anos, vedada a recondução, sendo que a sua destituição, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional.
  - (D) Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, para mandato de dois anos, permitida a recondução, sendo que a sua destituição, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
  - (E) Advogado-Geral da União, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução, sendo que a sua destituição, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.



39. Considerando que “Yvy Maraney” seja uma aldeia indígena e que as terras tradicionalmente ocupadas por seus índios possuam riquezas minerais e recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, de acordo com a Constituição Federal de 1988, o aproveitamento desses recursos hídricos, a pesquisa e a lavra das referidas riquezas minerais só podem ser efetivados
- (A) após a oitiva das comunidades afetadas, desnecessária qualquer autorização, não lhes ficando assegurada participação em nenhum dos resultados, salvo se determinado em juízo.
  - (B) com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.
  - (C) com autorização do Ministério Público Federal, ouvidas as comunidades afetadas, não lhes ficando assegurada participação nos resultados da lavra, salvo se determinado em juízo.
  - (D) com autorização do Ministério Público Federal, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação em todos os resultados, na forma da lei.
  - (E) com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, não lhes ficando assegurada participação nos resultados da lavra.

40. Com relação à família, à criança, ao adolescente, ao jovem e ao idoso, considere:
- I. A adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros, sendo que os filhos havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.
  - II. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.
  - III. Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em clínicas especializadas e aos maiores de sessenta anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I e II, apenas.

#### Noções de Direito Administrativo

41. Ronaldo foi aprovado em um concurso público promovido por determinada Prefeitura de Município alagoano para o cargo de dentista. Após a homologação do resultado final do certame, passados seis meses, Ronaldo ainda não foi convocado para assumir o cargo. Nos termos preconizados pela Constituição Federal de 1988, o prazo de validade do concurso público será de até
- (A) dois anos, sem possibilidade de prorrogação.
  - (B) três anos, prorrogável uma vez, por igual período.
  - (C) três anos, sem possibilidade de prorrogação.
  - (D) um ano, prorrogável uma vez, por igual período.
  - (E) dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

42. Devair, servidor público de determinado Município, é amigo de Douglas, sócio proprietário da empresa “X”, que está participando de um procedimento licitatório promovido pelo Município. Durante o trâmite do certame, quando da apresentação das propostas, Devair permitiu que Douglas devassasse o sigilo das propostas já apresentadas de outras três empresas que estavam participando do certame, antes da apresentação da proposta pela sua empresa “X”, e antes do momento específico de abertura das propostas. Nos termos preconizados pelo Código Penal, Devair cometeu crime, em tese, de
- (A) violação de sigilo em licitação.
  - (B) perturbação de processo licitatório.
  - (C) frustração do caráter competitivo de licitação.
  - (D) afastamento de licitante.
  - (E) fraude em licitação ou contrato.

43. Rodrigo foi denunciado e regularmente processado por crime de violência institucional, previsto na Lei de Abuso de Autoridade, após submeter a vítima de infração penal a procedimentos desnecessários e repetitivos, que a levou a reviver, sem estrita necessidade, a situação de violência. Ao final da ação penal, no caso de condenação, presentes os demais requisitos legais, o Magistrado poderá substituir a pena privativa de liberdade prevista para o delito por penas restritivas de direitos, que podem ser aplicadas de forma autônoma ou cumulativamente. Nos termos da Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de Abuso de Autoridade, além da prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, o Magistrado poderá estabelecer a pena restritiva de direitos de suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato pelo prazo de
- (A) três meses a um ano, com perda de 50% dos vencimentos e das vantagens.
  - (B) um a nove meses, com perda dos vencimentos e das vantagens.
  - (C) um a seis meses, com perda dos vencimentos e das vantagens.
  - (D) três meses a um ano, com perda dos vencimentos e das vantagens.
  - (E) um a seis meses, com perda de 50% dos vencimentos e das vantagens.



44. Um servidor público do Estado de Alagoas estava aposentado por invalidez e deverá retornar à atividade, após a junta médica oficial ter declarado insubsistentes os motivos da aposentadoria. Neste caso, nos termos preconizados pela Lei Estadual nº 5.247/1991, estamos diante do instituto de
- (A) aproveitamento.
  - (B) readaptação.
  - (C) reversão.
  - (D) reintegração.
  - (E) recondução.
- 
45. De acordo com a Lei Estadual nº 6.161/2000, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública do Estado de Alagoas, especificamente no que concerne à competência,
- (A) não será permitida, em qualquer hipótese, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.
  - (B) uma vez delegada a competência de uma determinada matéria para outro órgão, as decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado.
  - (C) inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado sempre perante a autoridade de maior grau hierárquico para decidir.
  - (D) a decisão de recursos administrativos poderá ser objeto de delegação.
  - (E) o ato de delegação deverá estabelecer um prazo de duração e não poderá ser revogado a qualquer tempo pela autoridade delegante.
- 
46. Moara, cidadã residente na cidade de Maceió-AL, apresentou pedido de acesso a determinada informação em repartição municipal. Contudo, a autoridade municipal indeferiu o pedido de acesso às informações solicitadas apresentando as razões da negativa do acesso. Nos termos preconizados pela Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso às informações, contra esta decisão, Moara, inconformada,
- (A) poderá interpor recurso, dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, no prazo de quinze dias a contar da sua ciência, devendo a autoridade se manifestar no prazo de dez dias.
  - (B) poderá interpor recurso, dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, no prazo de três dias a contar da sua ciência, devendo a autoridade se manifestar no prazo de quinze dias.
  - (C) não poderá interpor recurso, por falta de previsão legal.
  - (D) poderá interpor recurso, dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, no prazo de dez dias a contar da sua ciência, devendo a autoridade se manifestar no prazo de cinco dias.
  - (E) poderá interpor recurso, dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, no prazo de cinco dias a contar da sua ciência, devendo a autoridade se manifestar no prazo de dez dias.
- 
47. Paulo, servidor público de um determinado município do Estado de Alagoas, praticou ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito ao receber dinheiro em espécie para tolerar a exploração e a prática de jogos de azar. Ajuizada a ação de improbidade pelo Ministério Público, no caso de procedência dos pedidos iniciais, Paulo estará sujeito, dentre outras sanções previstas na Lei nº 8.429/1992, à suspensão dos seus direitos políticos até
- (A) seis anos.
  - (B) oito anos.
  - (C) doze anos.
  - (D) quatorze anos.
  - (E) dez anos.
- 
48. Nos termos preconizados pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, respeitadas as demais regras previstas no referido Diploma Legal, a Administração Pública poderá celebrar contratos com prazo de até
- (A) cinco anos.
  - (B) doze anos.
  - (C) oito anos.
  - (D) dez anos.
  - (E) sete anos.



49. A Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) é uma Autarquia Federal de natureza especial vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com atribuições relacionadas à proteção de dados pessoais e da privacidade, devendo fiscalizar o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018). O órgão máximo de direção da ANPD é o Conselho Diretor, composto, incluindo o Diretor Presidente, de
- (A) três diretores, escolhidos pelo Ministro da Justiça e por ele nomeados, após aprovação pelo Congresso Nacional.
  - (B) cinco diretores, escolhidos pelo Ministro da Justiça e por ele nomeados, após aprovação pelo Congresso Nacional.
  - (C) quatro diretores, escolhidos pelo Ministro da Justiça e por ele nomeados, após aprovação pelo Senado Federal.
  - (D) três diretores, escolhidos pelo Presidente da República e por ele nomeados, após aprovação pelo Congresso Nacional.
  - (E) cinco diretores, escolhidos pelo Presidente da República e por ele nomeados, após aprovação pelo Senado Federal.
- 
50. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942, com redação dada pela Lei nº 12.376/2010), analise:
- I. Para eliminar situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável, o qual só produzirá efeitos a partir de sua publicação oficial.
  - II. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, é possível a decisão com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.
  - III. A decisão que, na esfera administrativa, decretar a invalidação de ato, deverá indicar de modo expreso ou implícito suas consequências jurídicas e administrativas.
- Está correto o que se afirma em
- (A) III, apenas.
  - (B) I, II e III.
  - (C) I, apenas.
  - (D) I e II, apenas.
  - (E) II e III, apenas.

#### Noções de Administração Pública

51. O Planejamento Estratégico do Ministério Público brasileiro tem como um de seus objetivos
- (A) ser reconhecido como uma instituição transparente, inovadora e essencial à governança pública.
  - (B) aperfeiçoar o atendimento da Instituição para qualificação do atendimento ao cidadão.
  - (C) fomentar a integração e a atividade de inteligência do Ministério Público brasileiro no combate às organizações criminosas.
  - (D) fortalecer, fiscalizar e aprimorar o Ministério Público, zelando pela sua unidade, pela autonomia funcional e administrativa.
  - (E) o fortalecimento da ética, da credibilidade, da transparência e do compromisso social.
- 
52. Acerca da liderança na administração pública, considerando as práticas modernas de gestão,
- (A) a liderança pública não precisa se preocupar com resultados, pois sua principal função é apenas cumprir normas legais.
  - (B) o líder público eficaz promove a participação da equipe, incentiva a comunicação e orienta suas ações para o interesse público.
  - (C) o exercício da liderança no setor público dispensa habilidades interpessoais, pois os processos são rigidamente definidos por lei.
  - (D) o líder público deve centralizar as decisões para garantir maior controle e evitar erros na execução das políticas públicas.
  - (E) a liderança na administração pública deve ser orientada exclusivamente pela hierarquia formal, desconsiderando aspectos como motivação e engajamento da equipe.
- 
53. No contexto da gestão de pessoas na administração pública,
- (A) a estabilidade do servidor público impede a realização de avaliação de desempenho ou a responsabilização funcional.
  - (B) a motivação dos servidores públicos não influencia a qualidade dos serviços prestados à sociedade.
  - (C) esta deve se limitar ao controle de frequência e cumprimento de normas disciplinares como característica principal de sua execução.
  - (D) o desenvolvimento de competências dos servidores públicos é irrelevante, uma vez que as atividades são previamente definidas em lei.
  - (E) esta deve buscar o alinhamento entre as competências dos servidores e os objetivos institucionais, promovendo capacitação e avaliação de desempenho.
- 
54. A avaliação de desempenho no setor público
- (A) deve ocorrer apenas em situações excepcionais, não sendo necessária sua aplicação contínua.
  - (B) é um instrumento de gestão que pode subsidiar decisões sobre capacitação, desenvolvimento e melhoria dos serviços públicos.
  - (C) deve ser evitada, pois pode comprometer a estabilidade dos servidores.
  - (D) deve se basear exclusivamente em critérios subjetivos definidos pela chefia imediata.
  - (E) não possui qualquer consequência prática diante da estabilidade do servidor público.



55. No que se refere às convergências e diferenças entre a gestão pública e a gestão privada,
- (A) a gestão privada está sujeita aos mesmos princípios constitucionais da administração pública, sem qualquer distinção.
  - (B) ambas as gestões podem utilizar instrumentos semelhantes, como planejamento estratégico e gestão por resultados, mas a gestão pública deve observar princípios como legalidade, impessoalidade e publicidade.
  - (C) ambas possuem os mesmos objetivos, diferenciando-se apenas pela natureza jurídica das organizações.
  - (D) a gestão pública é orientada exclusivamente pelo lucro, enquanto a gestão privada tem como principal foco o interesse coletivo.
  - (E) a gestão pública é totalmente rígida e não admite uso de instrumentos gerenciais típicos da gestão privada.
- 
56. No contexto da análise dos ambientes interno e externo na administração pública, frequentemente realizada por meio da Análise SWOT,
- (A) a análise SWOT é aplicada exclusivamente no setor privado, não sendo adequada à administração pública.
  - (B) a identificação de fraquezas organizacionais deve ser evitada, pois pode comprometer a imagem institucional.
  - (C) as oportunidades e ameaças são elementos do ambiente interno da organização, enquanto forças e fraquezas pertencem ao ambiente externo.
  - (D) a análise do ambiente externo considera fatores políticos, econômicos, sociais e tecnológicos que podem impactar a atuação da organização pública.
  - (E) a análise do ambiente interno deve desconsiderar aspectos como cultura organizacional e recursos humanos, focando apenas em estrutura formal.
- 
57. A evolução dos modelos de Administração Pública compreende diferentes paradigmas, como a Administração Pública Patrimonialista, a Administração Pública Burocrática e a Nova Gestão Pública. Nesse contexto,
- (A) a nova gestão pública introduz práticas gerenciais, com foco em eficiência, resultados e maior orientação ao cidadão.
  - (B) a evolução dos modelos de administração pública implica a substituição total de um modelo pelo outro, sem coexistência entre eles.
  - (C) o modelo patrimonialista caracteriza-se pela clara separação entre o público e o privado, com forte profissionalização da burocracia.
  - (D) o modelo burocrático tem como principal característica a flexibilidade administrativa e a ampla autonomia dos gestores públicos.
  - (E) o modelo burocrático elimina completamente a necessidade de controles formais e regras, priorizando apenas resultados.
- 
58. A Gestão por Processos na administração pública
- (A) é incompatível com o setor público, sendo aplicável apenas em organizações privadas.
  - (B) restringe-se à automatização de atividades, não envolvendo análise ou redesenho de fluxos de trabalho.
  - (C) prioriza a estrutura hierárquica tradicional, com foco exclusivo nos departamentos e em suas funções isoladas.
  - (D) busca identificar, mapear, analisar e melhorar os processos organizacionais, com foco na geração de valor para o cidadão.
  - (E) elimina a necessidade de monitoramento e avaliação contínua das atividades.
- 
59. No contexto do gerenciamento de riscos na administração pública, a gestão de riscos
- (A) restringe-se à área financeira, não sendo aplicável a outras áreas da administração pública.
  - (B) deve ser realizada de forma esporádica, apenas em momentos de crise institucional.
  - (C) deve ser aplicada apenas após a ocorrência de eventos negativos, como forma de correção de falhas.
  - (D) substitui a necessidade de controle interno, tornando desnecessária a adoção de mecanismos de monitoramento.
  - (E) envolve a identificação, análise, avaliação e tratamento de riscos, visando apoiar a tomada de decisão e alcançar objetivos organizacionais.
- 
60. De acordo com as disposições da Constituição Federal de 1988 a respeito do orçamento público,
- (A) o orçamento público não possui caráter autorizativo, sendo sua execução obrigatória em todos os seus termos.
  - (B) a iniciativa das leis orçamentárias é exclusiva do Poder Legislativo.
  - (C) a Lei Orçamentária Anual (LOA) compreende o orçamento fiscal, o orçamento de investimentos das empresas estatais e o orçamento da seguridade social.
  - (D) a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelece, de forma detalhada, todas as despesas e receitas do exercício financeiro.
  - (E) o Plano Plurianual (PPA) possui vigência de dois anos e tem como principal função detalhar a execução anual das despesas públicas.